

Essencis
Soluções
Ambientais S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017 e de
2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Essencis Soluções Ambientais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essencis Soluções Ambientais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Citação da Companhia na colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia, foi citada em colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado ("Sérgio Machado"), ex-diretor da Transpetro S.A., no âmbito de investigação conduzida pelo Ministério Público Federal. Em 2016, a controladora Solví Participações S.A. contratou empresa independente especializada para conduzir uma investigação com procedimentos forenses, que não identificou evidências ou indícios de fatos ou elementos relacionados à participação da Companhia nos supostos atos alegados. Considerando que o processo de investigação pelo Ministério Público Federal ainda está em andamento, não está descartada a possibilidade de haver desdobramento no decorrer dessa investigação que provoquem impactos futuros relacionados a este assunto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("impairment") do ativo fiscal diferido

Veja as notas explicativas **7 (f) e 24** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia possui saldos ativos de tributos diferidos significativos que incluem essencialmente prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis, considerados como recuperáveis com base na expectativa de geração de lucros tributáveis	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela

futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de lucros futuros. A recuperabilidade dos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas na projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar no valor reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período.

Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Companhia;

- (ii) Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias;
- (iii) Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização;
- (iv) Avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos resumidos acima, consideramos que o saldo do ativo fiscal diferido, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Provisão para urbanização de aterro sanitário

Veja as notas explicativas **7.(I)** e **25** das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Como consequência das suas operações, e visando a minimização dos impactos ambientais do aterro, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento do aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o custo de execução da cobertura final do aterro definida no licenciamento ambiental realizado, para as obrigações de fechamento como, por exemplo, tipo de cobertura final e demolição das instalações utilizadas quando da operação do aterro, para as atividades a serem realizadas após o fechamento e determinadas premissas econômicas como custo do tratamento de percolado, custo de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.</p> <p>Devido à relevância da provisão para urbanização de aterro sanitário e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse tema como um assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria na incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para urbanização de aterro sanitário; (ii) Análise da razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente; (iii) Conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (iv) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para urbanização de aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em



relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	11	6.850	11.389	7.479	11.911
Títulos e valores mobiliários		678	-	678	-
Contas a receber	12	81.325	83.122	84.534	86.359
Estoques		9.611	6.575	9.643	6.675
Dividendos a receber	15	5.970	6.527	5.747	6.304
Impostos a recuperar	14	16.595	4.051	17.191	4.513
Outras contas a receber		907	927	975	992
Adiantamento a fornecedores		311	13	313	51
Total do ativo circulante		122.247	112.604	126.560	116.805
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários		6.393	-	6.393	-
Mútuos a receber de partes relacionadas	13	66.167	48.857	64.586	48.857
Ativo fiscal diferido	24	138.823	13.934	139.907	14.659
Outras contas a receber		8.258	2.514	11.020	5.276
Depósitos judiciais		2.067	2.134	2.132	2.528
Total do realizável a longo prazo		221.708	67.439	224.038	71.320
Investimentos	16	79.872	75.994	43.742	38.316
Imobilizado	17	265.641	268.584	271.632	272.635
Intangível	18	906	1.187	32.382	33.200
		346.419	345.765	347.756	344.151
Total do ativo não circulante		568.127	413.204	571.794	415.471
TOTAL DO ATIVO		690.374	525.808	698.354	532.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	41.693	45.859	42.866	46.990
Empréstimos e financiamentos	20	30.120	28.044	30.120	28.046
Debêntures	21	17.258	17.634	17.258	17.634
Salários, benefícios e encargos sociais	22	9.430	7.917	10.006	8.468
Impostos, taxas e contribuições	23	14.392	10.837	14.700	11.151
Imposto de renda e contribuição social	24	5.668	4.130	5.668	4.130
Dividendos a pagar	15	10.412	11.462	10.412	11.462
Adiantamentos de clientes		9.284	4.815	9.307	4.837
Total do passivo circulante		138.257	130.698	140.337	132.718
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Mútuos a pagar à partes relacionadas	13	17.130	6.119	18.076	5.203
Empréstimos e financiamentos	20	93.065	102.240	93.065	102.240
Debêntures	21	79.167	95.833	79.167	95.833
Parcelamentos fiscais	23	142	143	142	143
Passivo fiscal diferido	24	-	-	1.826	2.017
Provisões	25	37.906	36.597	41.034	39.944
Total do passivo não circulante		227.410	240.932	233.310	245.380
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	129.196	112.571	129.196	112.571
Reserva de capital		123.846	-	123.846	-
Reserva de lucros		71.665	41.607	71.665	41.607
Total do patrimônio		324.707	154.178	324.707	154.178
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		690.374	525.808	698.354	532.276

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	27	315.638	312.179	326.388	323.422
Impostos incidentes sobre serviços prestados	27	(43.706)	(41.576)	(45.160)	(43.207)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	271.932	270.603	281.228	280.215
Custo dos serviços prestados	28	(177.517)	(193.282)	(188.217)	(205.919)
LUCRO BRUTO		94.415	77.321	93.011	74.296
Comerciais	30	(878)	824	(1.047)	615
Despesas administrativas	29	(16.516)	(15.777)	(17.015)	(16.157)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(897)	(1.212)	(927)	(2.427)
Resultado de equivalência patrimonial	16	3.229	(3.624)	4.776	(355)
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(15.062)	(19.789)	(14.213)	(18.324)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		79.353	57.532	78.798	55.972
Receitas financeiras		9.099	7.801	9.124	7.884
Despesas financeiras		(30.748)	(37.590)	(30.769)	(37.582)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	32	(21.649)	(29.789)	(21.645)	(29.699)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		57.704	27.743	57.153	26.273
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	24	(19.327)	(10.856)	(19.327)	(11.161)
Diferido	24	1.042	1.675	1.593	3.450
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		39.419	18.562	39.419	18.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	39.419	18.562	39.419	18.562
Resultado Abrangente total do exercício	39.419	18.562	39.419	18.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

CNPJ: 40.263.170/0001-83

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	112.571	-	11.981	22.527	-	147.079
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.562	18.562
Reserva legal	-	-	928	-	(928)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(11.462)	(11.462)
Reserva de lucros	-	-	-	6.172	(6.172)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	112.571	-	12.909	28.698	-	154.178
Aumento de capital	16.625	-	-	-	-	16.625
Reserva de capital	-	123.846	-	-	-	123.846
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.419	39.419
Reserva legal	-	-	1.971	-	(1.971)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(9.362)	(9.362)
Reserva de lucros	-	-	-	28.086	(28.086)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	129.196	123.846	14.880	56.785	-	324.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
CNPJ: 40.263.170/0001-83
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	39.419	18.562	39.419	18.562
Itens que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	26.644	28.239	27.854	32.545
Baixa de imobilizado e intangível	1.681	233	1.681	233
Equivalência patrimonial	(3.229)	3.624	(4.776)	355
Ganho nos investimentos	(458)	(3.339)	(457)	(3.339)
Encargos financeiros e variação cambial sobre mútuos, financiamentos, empréstimos e debêntures	17.270	23.040	16.738	23.017
Reversão de ajustes de inventário	(411)	-	(412)	-
Provisão para urbanização de aterros	2.212	2.434	2.362	2.635
Provisão / (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	110	(1.852)	279	(1.751)
Provisão para contingências	58	4.256	63	5.567
Imposto de renda e contribuição social	18.285	9.181	17.734	7.711
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	1.687	(16.645)	1.551	(16.427)
Títulos e valores mobiliários	(7.071)	-	(7.071)	-
Impostos a recuperar	(122)	(956)	(256)	(879)
Estoques	(2.625)	3.393	(2.556)	3.454
Dividendos recebidos	6.999	3.131	6.999	2.431
Outros créditos	(5.724)	(1.014)	(5.727)	(1.030)
Depósitos judiciais	(329)	131	(386)	(114)
Adiantamento a fornecedores	(298)	92	(262)	107
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(4.853)	22.531	(4.807)	22.972
Salários, provisões e encargos sociais	1.513	1.078	1.538	1.197
Impostos, taxas e contribuições	1.588	4.990	2.079	5.002
Pagamento de contingências	(963)	(2.568)	(960)	(2.657)
Adiantamento de clientes	4.469	547	4.470	519
Outras contas a pagar	(565)	615	(565)	626
Parcelamentos fiscais	2	98	-	98
Caixa gerado pelas atividades operacionais	95.289	99.801	94.532	100.835
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.204)	(6.727)	(20.204)	(7.033)
Mútuos ativos - recebimento Juros	1.014	1.146	1.014	1.146
Mútuos passivos - juros pagos	-	(144)	(11)	(144)
Debêntures - juros pagos	(9.404)	(12.397)	(9.404)	(12.397)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(8.070)	(15.763)	(8.070)	(15.763)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	58.625	65.916	57.857	66.644
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa gerado por incorporação de empresa	10	-	10	-
Mútuos ativos - aplicação	(25.893)	(21.483)	(23.593)	(21.483)
Mútuos ativos - recebimento principal	6.166	6.133	5.427	6.093
Aquisições de imobilizado	(24.752)	(32.799)	(27.366)	(32.903)
Adição de intangível	(30)	(599)	(30)	(599)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(44.499)	(48.748)	(45.552)	(48.892)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos passivos - captação	19.316	7.794	17.330	6.300
Mútuos passivos - pagamento principal	(9.624)	(3.249)	(5.710)	(2.671)
Debêntures - pagamento principal	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)
Empréstimos e financiamentos - captação	20.601	30.845	20.601	30.845
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(32.291)	(44.539)	(32.291)	(44.539)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(18.665)	(25.816)	(16.737)	(26.732)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.539)	(8.648)	(4.432)	(8.981)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	11.389	20.037	11.911	20.892
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.850	11.389	7.479	11.911
Varição líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.539)	(8.648)	(4.432)	(8.981)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Essencis Soluções Ambientais S.A. (“ESA” ou Companhia) é uma sociedade por ações com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP, com o objetivo de oferecer soluções integradas para o tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente para o setor privado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Companhia e suas controladas” e individualmente como “Companhia”).

Em 31 de dezembro de 2017 por meio da Ata de Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação integral da empresa Companhia de Projetos Ambientais S.A. (“CPA”), detentora, até então, de 50% do capital da Companhia. Em decorrência desta incorporação, foi aprovada a integralização de capital social no montante de R\$16.625, em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 26a. Desta forma, o capital da Companhia pertence, integralmente, à Solví Participações S.A.. Segue abaixo quadro demonstrando a distribuição dos saldos incorporados:

	Parcela cindida a ser vertida à Essencis
Total do Ativo	22.808
Disponível	10
Impostos	12.386
Dividendos a receber	10.412
Investimentos	-
Total do Passivo	22.808
Fornecedores	15
Obrigações fiscais	5.691
Partes relacionadas	477
Patrimônio líquido	16.625

Em 31 de dezembro de 2017, as principais participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Controladas

- Essencis Ecosistema Ltda. (“Ecosistema”): A Companhia possui 100% da participação acionária na Ecosistema, cuja operação consiste na captação, tratamento, transporte e disposição de resíduos perigosos e não perigosos com atuação na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

- Prameq Indústria e Comércio Ltda (“Prameq”): A Companhia possui 100% da participação acionária na Prameq, cuja operação consiste no controle de emissões atmosféricas provenientes da atividade industrial.

Controladas em conjunto

- Catarinense Engenharia Ambiental S.A. (“Catarinense”): A Companhia possui 54% da participação acionária na Catarinense, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais.
- Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (“Essencis MG”): A Companhia possui 66,67% da participação acionária na Essencis MG, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais e sanitários.
- Essencis & HPM Tecnologia em recuperação de Metais Ltda. (“Essencis & HPM”): A Essencis MG possui 51% da participação acionária na Essencis & HPM, cuja operação consiste na utilização de tecnologia referente sistema de desagregação e limpeza de gases de aciaria.
- Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (“Ecototal”): A Companhia possui 65% da participação acionária na Ecototal, cuja operação consiste na prestação de serviços na área ambiental.

Participação em coligadas

Koleta Ambiental S.A. (“Koleta”): A Companhia possui 43,66% da participação acionária na Koleta cuja operação consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, destinação final e reciclagem de resíduos privados.

Menção em colaboração premiada e seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras

No âmbito das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), em 2016 o Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., firmou acordo de colaboração premiada, tendo citado a Companhia em depoimentos já tornados públicos.

A Administração da Companhia, mantendo seu total compromisso de transparência e conduta ética, envidou todos os esforços para: (i) obter maiores informações sobre as alegações; (ii) revisar as transações passadas da Companhia a fim de identificar qualquer possível evidência de tais alegações; (iii) avaliar a eventual necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; (iv) acompanhar eventuais desdobramentos da citada colaboração.

Adicionalmente, contratou serviços independentes de investigação com procedimentos forenses, para apurar a eventual existência de fundamento da delação, já finalizada, que não identificou qualquer evidência das afirmações do Sr. Sérgio Machado.

Até a presente data, a Companhia não tem conhecimento da existência de processo investigativo derivado da citada delação, que envolva seu nome e/ou de seus administradores e executivos.

Em vista do exposto, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e anos anteriores.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.a** – classificação de negócios em conjunto;
- **Nota explicativa nº 12** – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- **Notas explicativas nº 17 e 18** – Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização;
- **Notas explicativas nº 17 e 18** – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 24** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra as quais os prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 25** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2.

- Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia e suas controladas analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Reapresentação de valores correspondentes

Durante o exercício de 2016, a Companhia realizou empréstimos a partes relacionadas por meio de contrato de mútuo. De acordo com o item item 16 (e) do CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, essa transação deverá ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento. Entretanto, a transação foi apresentada como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa erroneamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Conseqüentemente, a apresentação da demonstração do fluxo de caixa foi afetada de forma relevante. O erro foi corrigido pela reapresentação do valor correspondente do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir resume o impacto nas demonstrações financeiras individual e consolidado da Companhia nas demonstrações de fluxo de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Itens que não afetam o caixa:						
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	28.185	(5.145)	23.040	28.185	(5.168)	23.017
Outros itens de resultado que não afetam caixa	61.338	-	61.338	62.518	-	62.518
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais:						
Partes relacionadas	(27.339)	19.826	(7.513)	(27.444)	19.838	(7.606)
Outros ativos operacionais	(4.355)	-	(4.355)	(4.852)	-	(4.852)
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais:						
Partes relacionadas	8.209	(4.878)	3.331	7.613	(3.911)	3.702
Outros passivos operacionais	23.960	-	23.960	24.055	-	24.055
Caixa gerado pelas atividades operacionais	89.998	9.803	99.801	90.075	10.759	100.834
Mútuos ativos - recebimento Juros	-	1.146	1.146	-	1.146	1.146
Mútuos passivos - juros pagos	-	(144)	(144)	-	(144)	(144)
Outros	(34.887)	-	(34.887)	(35.193)	-	(35.193)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	55.111	10.805	65.916	54.882	11.761	66.644
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Mútuos ativos - aplicação	-	(21.483)	(21.483)	-	(21.483)	(21.483)
Mútuos ativos - recebimento principal	-	6.133	6.133	-	6.093	6.093
Outros fluxos das atividades de investimentos	(33.398)	-	(33.398)	(33.502)	-	(33.502)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de investimento	(33.398)	(15.350)	(48.748)	(33.502)	(15.390)	(48.892)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Mútuos passivos - captação	-	7.794	7.794	-	6.300	6.300
Mútuos passivos - pagamento principal	-	(3.249)	(3.249)	-	(2.671)	(2.671)
Outros fluxos das atividades de financiamento	(30.361)	-	(30.361)	(30.361)	-	(30.361)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(30.361)	4.545	(25.816)	(30.361)	3.629	(26.732)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.648)	-	(8.648)	(8.981)	-	(8.980)

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Base de consolidação;
- (b) Receita operacional;
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras;
- (d) Transações em moeda estrangeira;
- (e) Benefícios a empregados;
- (f) Imposto de renda e contribuição social;
- (g) Estoques;
- (h) Imobilizado;
- (i) Ativos intangíveis e ágio;
- (j) Instrumentos financeiros;
- (k) Redução ao valor recuperável (*impairment*);
- (l) Provisões;
- (m) Distribuição de dividendos; e
- (n) Arrendamentos.

a. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Participação de acionistas não controladores

A Companhia e suas controladas elegem mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas reterem qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual a Companhia e suas controladas possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, apurada nos exercícios de 2017 e 2016 são apresentadas a seguir:

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Ativo circulante	8.397	13.825	14	3.638	34.052	59.926
Ativo não circulante	21.219	56.234	3.638	22.778	62.285	166.154
ATIVO TOTAL	29.616	70.059	3.652	26.416	96.337	226.080
Passivo circulante	6.416	16.254	145	6.045	37.115	65.975
Passivos não circulantes	5.445	27.582	1.541	13.358	43.120	91.046
Patrimônio líquido	17.755	26.223	1.966	7.013	16.102	69.059
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.616	70.059	3.652	26.416	96.337	226.080
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	54%	66,67%	34%	65%	43,66%	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Ativo Circulante	7.546	13.771	16	3.243	64.854	89.430
Ativo não circulante	20.991	59.210	3.679	20.978	32.345	137.203
ATIVO TOTAL	28.537	72.981	3.695	24.221	97.199	226.633
Passivo Circulante	5.821	18.179	175	4.199	33.905	62.278
Passivos não circulantes	5.280	29.030	1.540	13.104	38.665	87.619
Patrimônio líquido	17.436	25.772	1.980	6.918	24.629	76.734
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.537	72.981	3.695	24.221	97.199	226.631
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	54%	66,67%	34%	65%	20,44%	

O resultado apurado nos exercícios de 2017 e 2016 por estes investimentos são demonstrados abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Lucro / Prejuízo operacional antes dos impostos e resultado financeiro	9.266	(13)	9.266	2.667	(7.746)	13.440
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	9.116	(13)	9.116	1.451	(13.078)	6.592
Imposto de renda e contribuição social	(2.918)	-	(2.918)	(497)	4.551	(1.782)
Resultado do exercício	6.198	(13)	6.198	954	(8.527)	4.810

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Lucro / Prejuízo operacional antes dos impostos e resultado financeiro	7.320	11.084	(26)	2.803	(20.240)	16.816
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	7.154	10.111	(26)	1.890	(25.719)	9.285
Imposto de renda e contribuição social	(2.614)	(3.397)	-	(1.874)	2.702	(5.183)
Resultado do exercício	4.540	6.714	(26)	16	(23.017)	4.102

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

(i) Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Conforme facultado pela legislação, as controladas em conjunto Catarinense e Ecototal optaram pelo regime do lucro presumido. Para essas controladas em conjunto, a base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionais da receita financeira auferida, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g. Estoques

Compostos por materiais em almoxarifado, demonstrados ao custo de aquisição, não excedendo o valor de reposição.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

j. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalente de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para urbanização de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37 (CPC 25). Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 14,60% (14,60% em 2016); e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

m. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na nota explicativa nº 26d.

n. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinaram se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluírem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da a Companhia e suas controladas.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo Solví não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) *CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9- Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39– Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na CPC 38 / IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, o Grupo não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos que são mensurados a valor justo.

O CPC 38 / IAS 39 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48 / IAS 39, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O Grupo acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além dos títulos vencidos, também os títulos a vencer.

A Administração do Grupo está avaliando a norma e, em virtude do atual estágio das análises - que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança.

(ii) CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas, entre outras.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, o Grupo não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18) em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

O Grupo não adotou antecipadamente essa norma. A Administração do Grupo avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

(iii) CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. O Grupo pretende aplicar a o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

9 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não utilizaram instrumentos financeiros derivativos.

(i) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia e suas controladas tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia e suas controladas são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição R\$	Consolidado					
		Taxa de juros - média		Cenários			
		Efetiva em 31/12/2017	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	123.185	8,24%	123.185	124.388	125.357	121.981	121.012
Debêntures	96.425	8,50%	96.425	96.573	96.721	96.278	96.130
		Efeito no resultado		<u>1.351</u>	<u>2.468</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(2.468)</u>

Este risco surge da possibilidade que a Companhia e suas controladas podem sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas monitoram os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

b. Risco de créditos

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	11	6.850	11.389	7.479	11.911
Títulos e valores mobiliários		7.071	-	7.071	-
Mútuos a receber de partes relacionadas	13	66.167	48.857	64.586	48.857
Contas a receber	12	81.325	83.122	84.534	86.359
		161.413	143.368	163.670	147.127

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas adotam como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia e suas controladas dependem principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas dispunham de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Consolidado 2017				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos (a)	36.135	25.435	66.266	15.113	142.950
Fornecedores e outras contas a pagar	42.866	-	-	-	42.866
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	18.076	-	-	18.076
Debêntures (a)	23.824	22.514	59.322	12.926	118.586
Total	102.825	66.025	125.588	28.039	322.478

	Consolidado 2016				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos (a)	35.054	31.510	80.110	28.005	174.678
Fornecedores e outras contas a pagar	46.990	-	-	-	46.990
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	5.203	-	-	5.203
Debêntures (a)	27.286	25.538	66.613	31.884	151.321
Total	109.330	62.251	146.723	59.889	378.192

- (a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contratos de financiamentos existentes, a Companhia e suas controladas comprometem-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia e suas controladas em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia e suas controladas em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme as notas explicativas 20 e 21.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

(ii) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

(iii) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia e suas controladas, quando aprovado pelos acionistas controladores, podem rever suas políticas de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia e suas controladas adotam o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar suas estruturas de capital. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Total do passivo	373.647	378.098
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.479)	(11.911)
Divida Líquida	366.168	366.187
Patrimônio Líquido	324.707	154.178
Índice de Alavancagem	1,13	2,38

(iv) **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Categoria	Consolidado			
			2017		2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	7.479	7.479	11.911	11.911
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	64.586	64.586	48.857	48.857
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	84.534	84.534	86.359	86.359
Total			156.599	156.599	147.127	147.127
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	42.866	42.866	46.990	46.990
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	18.076	18.076	5.203	5.203
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	123.185	123.185	130.286	130.286
Debêntures	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	96.425	94.903	113.467	113.150
Total			280.552	279.030	295.946	295.629

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia e suas controladas entendem que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.
- Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

(v) ***Hierarquia de valor justo***

O método de avaliação adotado pela Companhia e suas controladas na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Nesse método, os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos não são considerados, apenas os preços cotados observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

10 Aspectos ambientais

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia e suas controladas realizam mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Com exceção das provisões mencionadas acima a Companhia e suas controladas não veem a necessidade de constituir outras provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais.

11 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e saldos em bancos	2.155	3.068	2.765	3.529
Aplicações financeiras	4.695	8.321	4.714	8.382
	<u>6.850</u>	<u>11.389</u>	<u>7.479</u>	<u>11.911</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 96% (98% em 2016), do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº9.

12 Contas a receber

São compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Valores faturados:					
Cientes privados		18.179	28.075	19.770	29.710
Cientes públicos		3.337	3.760	3.468	3.874
		<u>21.516</u>	<u>31.835</u>	<u>23.238</u>	<u>33.584</u>
Medições a faturar:					
Cientes privados		29.066	16.991	30.538	18.529
Cientes públicos		1.161	1.287	1.179	1.287
		<u>30.227</u>	<u>18.278</u>	<u>31.717</u>	<u>19.816</u>
Crédito de carbono		5.533	9.291	5.532	9.291
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)		(5.749)	(5.639)	(6.139)	(5.860)
Total de contas a receber		<u>51.527</u>	<u>53.765</u>	<u>54.348</u>	<u>56.831</u>
Partes relacionadas	13	29.798	29.357	30.186	29.528
		<u>81.325</u>	<u>83.122</u>	<u>84.534</u>	<u>86.359</u>

- (a) A exposição ao risco de crédito da Companhia e suas controladas estão limitadas ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas estão incluídos no saldo de provisão para riscos de crédito.

Em 12 de setembro de 2014, por meio do contrato de compra e venda firmado com a Companhia Norwegian Procurement Carbono Facility Nordic Environment Finance Corporation (“NEFCO”), esta na qualidade de “Facility Manager”, a Essencis retomou o projeto de venda dos CERs - Certificado de Emissões Reduzidas, um tipo de unidade de emissões (créditos de carbono), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para reduções de emissões obtidas por projetos de MDL e verificados por uma DOE (Entidade Operacional Designada) sob as regras do Protocolo de Kyoto.

No contrato estão previstos os volumes e prazos de entrega dos CERs à NEFCO, com cronograma até 15 de maio de 2021, sendo 350.000 CERs entregue em 2015 e 950.000 CERs por ano até 2021, totalizando 6.050.000 CERs.

No caso do descumprimento dos prazos pela Essencis, está garantido o direito ao cliente NEFCO de rescindir o presente acordo imediatamente.

A NEFCO tem ciência, e está prevista no contrato firmado entre as companhias, do projeto de instalação e operação de uma usina de geração de energia, a ser operacionalizada pela

Termoverde Caieiras S.A., a qual deverá utilizar uma fração do gás coletado no CTR Caieiras - obtido pelo depósito de resíduos orgânicos em seu aterro - como combustível.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valores a vencer	48.048	53.954	50.192	55.859
Vencidos:				
Até 30 dias	8.682	10.247	9.024	10.581
Entre 31 e 60 dias	5.074	3.163	5.160	3.469
Entre 61 e 90 dias	2.380	1.859	2.433	2.136
Entre 91 e 180 dias	4.365	1.488	4.750	1.581
Entre 181 e 360 dias	2.253	7.974	2.336	8.065
Acima de 360 dias	16.272	10.076	16.507	10.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(5.749)	(5.639)	(6.139)	(5.860)
Total	81.325	83.122	84.264	86.359

- (a) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as políticas estabelecidas pela Administração.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada exclusivamente para clientes privados. A Companhia e suas controladas não constituem provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento.

A movimentação da provisão para riscos de créditos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2015	(7.490)	(7.611)
Provisão do exercício	(111)	(215)
Reversão do exercício	1.962	1.966
Saldo em 31/12/2016	(5.639)	(5.860)
Provisão do exercício	(168)	(340)
Reversão do exercício	58	60
Saldo em 31/12/2017	(5.749)	(6.139)

13 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e as transações com empresas relacionadas durante esses exercícios, são demonstrados a seguir:

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(Despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados: (a)						
<i>Solví Participações S.A.</i>	38	37	306	260	(3.213)	(3.348)
<i>Servy Patrimonial Ltda.</i>	-	-	1	389	-	-
<i>Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	140	140	-	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	12	22	817	2.605	(1.323)	(3.405)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	305	-	-	-	246	-
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	150	102	29	20	(403)	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	477	388	20	33	54	-
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	112	173	-	12	3	132
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	114	128	25	49	-	(23)
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	7.759	8.192	336	1.031	289	627
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	271	358	144	164	123	255
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (c)</i>	19.470	18.763	-	-	106.792	99.051
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	561	-	-	-	6.563	2.869
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	599	-	-	-	-
<i>Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	72	71	-	-	-	-
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	13	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	57	57	104	-	-	-
<i>Outros</i>	-	65	-	(50)	-	88
	29.551	29.110	1.782	4.512	109.131	96.247
JPC:						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	247	247	-	-	-	-
<i>Solví Participações S.A.</i>	-	-	-	69	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	69	-	-
	247	247	-	139	-	-
Mútuos: (b)						
<i>Solví Participações S.A.</i>	49.299	33.511	-	12	4.084	3.914
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	5.147	5.748	-	-	511	558
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	9.593	8.800	-	-	818	765
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	1.582	-	-	1.494	(93)	(81)
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	-	-	-	-	-	28
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	387	252
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	-	17.130	4.625	(1.200)	(389)
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	304	-	-	39	40
<i>Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	546	496	-	-	55	58
<i>Outros</i>	-	-	-	(12)	-	-
	66.167	48.857	17.130	6.119	4.601	5.145
Circulante	29.798	29.357	1.782	4.651		
Não circulante	66.167	48.857	17.130	6.119		
Total	95.965	78.214	18.912	10.770	113.732	101.392

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados: (a)						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	38	37	388	287	(3.534)	(3.682)
<i>Servy Patrimonial Ltda.</i>	-	-	1	389	-	-
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	140	140	-	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	14	24	817	2.605	(1.323)	(3.405)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	360	-	-	-	246	-
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	150	102	29	20	(403)	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	477	388	20	33	54	-
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	142	-	-	-	13	-
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	149	-	-	-	80	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	7.811	8.243	336	1.465	289	81
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	485	408	144	165	274	394
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (c)</i>	19.470	18.763	-	-	106.792	99.051
<i>Termoverde Caieiras Ltda.</i>	561	599	-	-	6.563	2.869
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	72	85	-	-	-	44
<i>Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	13	-	-	-	-
<i>RLI - Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	57	57	104	-	-	-
<i>Outros</i>	-	420	-	6	-	84
	29.939	29.281	1.839	4.970	109.051	95.437
JPC:						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	247	247	-	-	-	-
<i>Solvi Participações S.A.</i>	-	-	-	69	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	69	-	-
	247	247	-	138	-	-
Mútuos: (b)						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	49.299	33.511	-	12	4.084	3.914
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	5.147	5.748	-	-	511	558
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	9.593	8.800	-	-	818	765
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	387	252
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	-	18.027	5.154	(1.266)	(419)
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	304	-	-	39	40
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	547	496	-	-	56	58
<i>Outros</i>	-	-	49	37	-	-
	64.586	48.857	18.076	5.203	4.629	5.168
Circulante	30.186	29.528	1.839	5.108		
Não circulante	64.586	48.857	18.076	5.203		
Total	94.772	78.385	19.915	10.311	113.680	100.605

- (a) As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional, em condições semelhantes às aplicadas a terceiros, e reembolso de despesas operacionais por meio de rateios.
- (b) Referem-se a contratos de mútuo entre Essencis MG e Ecototal Sistemas., com juros de 108% ao ano.
- (c) Refere-se à remuneração pela destinação de resíduos provenientes da coleta na cidade de São Paulo e dispostos no aterro de Caieiras.

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$2.464 (R\$2.768 em 2016).

14 Impostos a recuperar

São compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
INSS	1.652	1.858	1.730	1.942
PIS e COFINS	901	1.035	984	1.110
IRPJ	10.153	838	10.449	1.034
CSLL	3.602	136	3.711	243
Outros	287	184	317	184
Total	16.595	4.051	17.191	4.513

15 Dividendos a receber e a pagar

Os estatutos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controladoras:								
<i>Solvi Participações S.A.*</i>	-	-	10.412	5.731	-	-	10.412	5.731
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	5.731	-	-	-	5.731
Controladas:								
<i>Essencis Ecosistemas Ltda.</i>	223	223	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto:								
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.870	1.666	-	-	1.870	1.666	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	2.709	4.028	-	-	2.709	4.028	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	1.168	610	-	-	1.168	610	-	-
Total	5.970	6.527	10.412	11.462	5.747	6.304	10.412	11.462

* Os dividendos a pagar no montante de R\$10.412, serão pagos diretamente à parte relacionada Revita Engenharia, devido a cessão do direito de recebimento da Solvi Participações, conforme AGE aprovada em 31 de dezembro de 2017.

16 Investimentos

Saldos dos investimentos:

Participações em controladas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento		
						31/12/2017	31/12/2016	
Essencis Ecosistema Ltda.	4.690	100,00%	6.083	(698)	(698)	6.083	6.781	
Prameq Indústria e Comércio Ltda.	5.484	100,00%	200	(478)	(478)	200	678	
Ecosistema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	2.608	(285)	(285)	2.608	2.893	
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	937	(86)	(86)	937	1.023	
Total (a)						(1.547)	9.828	11.375

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento		
						31/12/2017	31/12/2016	
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.083	66,67%	26.223	4.515	3.010	17.483	17.182	
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	17.755	6.198	3.347	9.588	9.415	
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.145	65,00%	7.013	954	620	4.558	4.497	
Total (b)						6.977	31.629	31.094

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento		
						31/12/2017	31/12/2016	
Koleta Ambiental S.A.	51.126	43,66%	22.736	(8.527)	(2.201)	9.926	5.035	
Total (c)						(2.201)	9.926	5.035

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d) 28.489 28.489

Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d) 79.872 75.994

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Consolidado (f) 2.187 2.187

Totas dos investimentos consolidado: (b) + (c) + (f) 43.742 38.316

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

As mutações do investimento de 2017 são demonstradas a seguir:

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Essencis Ecosystema Ltda	6.781	(698)	-	-	-	6.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	678	(478)	-	-	-	200
Ecosystema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	2.893	(285)	-	-	-	2.608
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	1.023	(86)	-	-	-	937
	11.375	(1.547)	-	-	-	9.828

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	17.182	3.010	(2.709)	-	-	17.483
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.415	3.347	(3.174)	-	-	9.588
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.497	620	(559)	-	-	4.558
	31.094	6.977	(6.442)	-	-	31.629

Participações em coligadas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Koleta Ambiental S.A.	5.035	(2.201)	-	6.634	458	9.926
	5.035	(2.201)	-	6.634	458	9.926

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Essencis Ecosystema Ltda	3.083	3.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	363	363
Macaé	4.250	4.250
Ecolar	12.913	12.913
Incineração	511	511
Remediação	5.183	5.183
Total	26.302	26.302

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	2.187	2.187
Total (f)	2.187	2.187
Total do ágios (d)	28.489	28.489

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

As mutações do investimento de 2016 são demonstradas a seguir:

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Essencis Ecosystema Ltda	7.720	(336)	-	(603)	-	6.781
Prameq Indústria e Comércio Ltda	496	(502)	-	-	684	678
Ecosystema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	4.557	(1.664)	-	-	-	2.893
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	1.791	(768)	-	-	-	1.023
	14.564	(3.270)	-	(603)	684	11.375

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	16.735	4.476	-	(4.029)	-	17.182
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.170	2.452	-	(2.207)	-	9.415
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.495	10	-	(8)	-	4.497
	30.400	6.938	-	(6.244)	-	31.094

Participações em coligadas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Koleta Ambiental S.A.	6.246	(7.292)	3.339	290	2.453	5.035
	6.246	(7.292)	3.339	290	2.453	5.035

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Essencis Ecosystema Ltda	3.083	3.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	363	363
Macaé	4.250	4.250
Ecolar	12.913	12.913
Incineração	511	511
Remediação	5.183	5.183
Total	26.302	26.302

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	2.187	2.187
Total (f)	2.187	2.187
Total do ágio (d)	28.489	28.489

16.1 Alterações societárias:

Aumento de capital – Koleta Ambiental S.A. (“Koleta”)

Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, os acionistas decidiram em aumentar o capital social da Koleta em R\$6.634 por meio da cessão de dívida detida com a investida, convertida em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à acionista Essencis Soluções Ambientais S.A.. Em virtude da sócia Solví Participações S.A. optar em não exercer o direito de integralizar sua parcela proporcional de sua participação, a Essencis Soluções Ambientais S.A. passou a deter 43,66% (20,44% anteriormente) do capital votante da Koleta gerando assim o ganho no investimento no montante de R\$458.

17 Imobilizado

É composto como segue:

	Controladora				
	Tx				
	Média	2017		2016	
	Anual %	Custo	Depreciação	Líquido	
Aterro e infra em aterros	(*)	296.347	(175.823)	120.524	132.968
Benfeitorias em bens de terceiros	-	30.681	(20.137)	10.544	11.984
Edificações	4	76.235	(26.454)	49.781	51.482
Máquinas, equipamentos e outros	10	115.230	(59.128)	56.102	60.053
Móveis e utensílios e instalações	10	3.343	(2.306)	1.037	1.222
Hardware e outros	20	3.871	(3.664)	207	338
Imobilizado em andamento	-	27.446	-	27.446	10.537
		553.153	(287.512)	265.641	268.584

	Consolidado				
	Tx				
	Média	2017		2016	
	Anual %	Custo	Depreciação	Líquido	
Aterros e benfeitorias em aterros	(*)	312.273	(188.013)	124.260	136.424
Benfeitorias em bens de terceiros	-	30.711	(20.313)	10.398	11.839
Edificações	4	76.865	(26.796)	50.069	51.827
Máquinas, equipamentos e outros	10	116.983	(60.837)	56.146	60.085
Móveis e utensílios e instalações	10	3.391	(2.350)	1.041	1.228
Hardware e outros	20	4.010	(3.798)	212	355
Imobilizado em andamento	-	29.506	-	29.506	10.877
		573.739	(302.107)	271.632	272.635

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias referem-se às centrais de tratamento de resíduos nas cidades de Curitiba, Caieiras, Itaberaba, Macaé, Betim, Juiz de Fora, Joinville, Capela Santana e São José dos Campos, e são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

A mutação do imobilizado de 2017 é composta como segue:

Custos do Imobilizado	Controladora					
	2016	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2017
Aterro e infra em aterros	290.562	1.694	-	1.879	2.212	296.347
Benfeitorias em bens de terceiros	30.681	-	-	-	-	30.681
Edificações	75.424	-	(125)	936	-	76.235
Máquinas, equipamentos e outros	116.007	3.273	(4.305)	255	-	115.230
Móveis e utensílios e instalações	3.295	48	-	-	-	3.343
Hardware e outros	3.794	77	-	-	-	3.871
Imobilizado em andamento	10.537	19.979	-	(3.070)	-	27.446
	530.300	25.071	(4.430)	-	2.212	553.153
Depreciação acumulada						
Aterro e infra em aterros	(157.594)	(16.017)	-	-	(2.212)	(175.823)
Benfeitorias em bens de terceiros	(18.697)	(1.440)	-	-	-	(20.137)
Edificações	(23.942)	(2.570)	-	58	-	(26.454)
Máquinas, equipamentos e outros	(55.954)	(5.865)	2.749	(58)	-	(59.128)
Móveis e utensílios e instalações	(2.073)	(233)	-	-	-	(2.306)
Hardware e outros	(3.456)	(208)	-	-	-	(3.664)
	(261.716)	(26.333)	2.749	-	(2.212)	(287.512)
Imobilizado líquido	268.584	(1.262)	(1.681)	-	-	265.641

Custo do Imobilizado	Consolidado					
	2016	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2017
Aterros e benfeitorias em aterros	305.464	2.229	-	2.218	2.362	312.273
Benfeitorias em bens de terceiros	30.711	-	-	-	-	30.711
Edificações	76.054	-	(125)	936	-	76.865
Máquinas, equipamentos e outros	117.743	3.290	(4.305)	255	-	116.983
Móveis e utensílios e instalações	3.343	48	-	-	-	3.391
Hardware e outros	3.930	80	-	-	-	4.010
Imobilizado em andamento	10.877	22.038	-	(3.409)	-	29.506
	548.122	27.685	(4.430)	-	2.362	573.739
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(169.040)	(16.611)	-	-	(2.362)	(188.013)
Benfeitorias em bens de terceiros	(18.872)	(1.441)	-	-	-	(20.313)
Edificações	(24.227)	(2.627)	-	58	-	(26.796)
Máquinas, equipamentos e outros	(57.658)	(5.870)	2.749	(58)	-	(60.837)
Móveis e utensílios e instalações	(2.115)	(235)	-	-	-	(2.350)
Hardware e outros	(3.575)	(223)	-	-	-	(3.798)
	(275.487)	(27.007)	2.749	-	(2.362)	(302.107)
Imobilizado líquido	272.635	678	(1.681)	-	-	271.632

Em 2017 a Companhia adquiriu por meio de empréstimos e financiamentos o montante de R\$319 em ativos imobilizados.

Essencis Soluções Ambientais S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016*

A mutação do imobilizado de 2016 é composta como segue:

Custos do Imobilizado	Controladora					
	2015	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2016
Aterro e infra em aterros	258.854	23.843	-	5.430	2.435	290.562
Benfeitorias em bens de terceiros	30.496	137	-	48	-	30.681
Edificações	71.835	2.894	-	695	-	75.424
Máquinas, equipamentos e outros	108.029	3.967	(274)	4.285	-	116.007
Móveis e utensílios e instalações	3.292	3	-	-	-	3.295
Hardware e outros	3.778	16	-	-	-	3.794
Imobilizado em andamento	19.241	1.960	(206)	(10.458)	-	10.537
	495.525	32.820	(480)	-	2.435	530.300
Depreciação acumulada						
Aterro e infra em aterros	(140.080)	(15.079)	-	-	(2.435)	(157.594)
Benfeitorias em bens de terceiros	(17.141)	(1.556)	-	-	-	(18.697)
Edificações	(21.436)	(2.506)	-	-	-	(23.942)
Máquinas, equipamentos e outros	(47.967)	(8.235)	248	-	-	(55.954)
Móveis e utensílios e instalações	(1.833)	(240)	-	-	-	(2.073)
Hardware e outros	(3.153)	(303)	-	-	-	(3.456)
	(231.610)	(27.919)	248	-	(2.435)	(261.716)
Imobilizado, líquido	263.915	4.901	(232)	-	-	268.584

Custo do Imobilizado	Consolidado					
	2015	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2016
Aterros e benfeitorias em aterros	273.556	23.843	-	5.430	2.635	305.464
Benfeitorias em bens de terceiros	30.526	137	-	48	-	30.711
Edificações	72.465	2.894	-	695	-	76.054
Máquinas, equipamentos e outros	109.858	3.984	(384)	4.285	-	117.743
Móveis e utensílios e instalações	3.340	3	-	-	-	3.343
Hardware e outros	3.914	16	-	-	-	3.930
Imobilizado em andamento	19.494	2.047	(206)	(10.458)	-	10.877
	513.153	32.925	(590)	-	2.635	548.122
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(150.767)	(15.638)	-	-	(2.635)	(169.040)
Benfeitorias em bens de terceiros	(17.168)	(1.704)	-	-	-	(18.872)
Edificações	(21.696)	(2.531)	-	-	-	(24.227)
Máquinas, equipamentos e outros	(49.769)	(8.246)	357	-	-	(57.658)
Móveis e utensílios e instalações	(1.873)	(242)	-	-	-	(2.115)
Hardware e outros	(3.254)	(321)	-	-	-	(3.575)
	(244.527)	(28.682)	357	-	(2.635)	(275.487)
Imobilizado, líquido	268.626	4.243	(233)	-	-	272.635

O saldo líquido remanescente da reavaliação dos terrenos utilizados pelas centrais de tratamento de resíduos, componente do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017, totalizava R\$3.641 (R\$4.063 em 2016), sendo o imposto de renda e contribuição diferidos passivos no valor de R\$1.238 (R\$1.382 em 2016).

18 Intangível

É composto como segue:

	Tx Média	Consolidado			
		Anual %	2017		2016
			Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	2.809	(1.982)	827	1.103
Licença de direito	28	10.200	(6.622)	3.578	3.949
Direitos contratuais	10	113	(655)	(542)	91
Marcas		1.627	(798)	829	1.103
Relacionamento clientes		1.420	(33)	1.387	651
		16.169	(10.090)	6.079	6.897
Ágio:					
Prameq		363	-	363	363
Ecosistema		3.083	-	3.083	3.083
Macaé		4.250	-	4.250	4.250
Ecolar		28.151	(15.238)	12.913	12.913
Incineração		3.946	(3.435)	511	511
Remediação		6.624	(1.441)	5.183	5.183
		46.417	(20.114)	26.303	26.303
Intangível Líquido		62.586	(30.204)	32.382	33.200

A movimentação do intangível de 2017 é composta como segue:

Custo	Consolidado				
	2015	Adição	2016	Adição	2017
Softwares	2.180	599	2.779	30	2.809
Licença de direito	10.200	-	10.200	-	10.200
Direitos contratuais	113	-	113	-	113
Marcas	1.627	-	1.627	-	1.627
Relacionamento clientes	1.420	-	1.420	-	1.420
	15.540	599	16.139	30	16.169
Ágio sobre sociedade incorporadas:					
Prameq	363	-	363	-	363
Ecosistema	3.083	-	3.083	-	3.083
Macaé	4.250	-	4.250	-	4.250
Ecolar	28.151	-	28.151	-	28.151
Incineração	3.946	-	3.946	-	3.946
Remediação	6.624	-	6.624	-	6.624
	46.417	-	46.417	-	46.417

Amortização	Consolidado				
	2015	Amortização	2016	Amortização	2017
Softwares	(1.362)	(314)	(1.676)	(306)	(1.982)
Licença de direito	(4.007)	(2.244)	(6.251)	(371)	(6.622)
Marcas	-	(524)	(524)	(131)	(655)
Relacionamento clientes	-	(769)	(769)	(29)	(798)
Diretos contratuais	(11)	(11)	(22)	(11)	(33)
	(5.380)	(3.862)	(9.242)	(848)	(10.090)
<i>Ágio sobre sociedade incorporadas:</i>					
Ecolar	(15.238)	-	(15.238)	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	(3.435)	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	(1.441)	-	(1.441)
	(20.114)	-	(20.114)	-	(20.114)
Intangível, Líquido	36.463	(3.263)	33.200	(818)	32.382

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

O teste de imparidade foi realizado por empresa especializada, nas subsidiárias causadoras de ágios quando ocorreram a aquisição das empresas.

O teste de *impairment* dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2017.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia e suas controladas esperam obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa do Grupo consolidado.

- **Metodologia Aplicada:** Método do Fluxo de Caixa Descontado.
- **Período Projetivo:** 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2036.
- **Moeda:** Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.
- **Impostos Diretos:** Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.
- **Taxa de Desconto:** Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.
- **Projeções:** A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2017 a 2022 e de 2023 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de impairment

Como resultado do teste de *impairment*, nenhuma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas apresentaram perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores		39.289	40.593	40.385	41.158
Partes relacionadas	13	1.782	4.651	1.839	5.108
Outras contas a pagar		622	615	642	724
		41.693	45.859	42.866	46.990

20 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Taxas de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Finame/Finep	Pré fixado de 5,00% a.a.	Até set/2024	849	990	849	990
BNDES	Pré fixado de 1,40% a.a. a 7,95% a.a - TJLP + 1,00% a.a.	De set/2023 a jan/2024	81.652	89.118	81.652	89.118
Capital Giro	CDI de 3,00% a.a. a 4,40% a.a.	De fev/2019 a set/2021	39.990	39.491	39.990	39.493
Conta Garantida			-	61	-	61
Leasing	Pré-fixado de 1,77% a.a. a 15,80% a.a.	De jul/2018 a nov/2020	694	624	694	624
Total			123.185	130.284	123.185	130.286
Circulante			30.120	28.044	30.120	28.046
Não circulante			93.065	102.240	93.065	102.240

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora						
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	Saldo Final
FINAME/FINEP	990	-	33	(27)	(147)	849
BNDES	89.118	5.601	7.252	(6.222)	(14.097)	81.652
CAPITAL DE GIRO	39.491	15.000	5.071	(1.768)	(17.804)	39.990
CONTA GARANTIDA	61	-	20	(4)	(77)	-
LEASING	624	-	285	(49)	(166)	694
Total	130.284	20.601	12.661	(8.070)	(32.291)	123.185

Consolidado						
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	Saldo Final
FINAME/FINEP	990	-	33	(27)	(147)	849
BNDES	89.118	5.601	7.252	(6.222)	(14.097)	81.652
CAPITAL DE GIRO	39.493	15.000	5.071	(1.768)	(17.806)	39.990
CONTA GARANTIDA	61	-	20	(4)	(77)	-
LEASING	624	-	285	(49)	(166)	694
Total	130.286	20.601	12.661	(8.070)	(32.293)	123.185

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	16.192	-	16.192
2019	20.412	17.617	20.412	17.617
2020	22.497	21.368	22.497	21.368
2021	22.220	21.091	22.220	21.091
2022	13.448	12.320	13.448	12.320
2023	13.442	12.695	13.442	12.695
2024	1.046	957	1.046	957
	93.065	102.240	93.065	102.240

Os valores que compõem o saldo referem-se, basicamente, a empréstimos e financiamentos junto a instituições bancárias e BNDES, na modalidade BNDES Automático, Finem e Finame.

Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia firmou, por meio de sua Controladora Solví Participações S.A. e com a Essencis Soluções Ambientais S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$15.130, e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD6.600, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor

principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em dezembro de 2017, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas à manutenção de índices financeiros nem a outras cláusulas restritivas em suas operações, exceto àquelas mencionadas a seguir:

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm garantias e cláusulas restritivas de vencimento antecipado, que estabelecem que determinados eventos deverão ser comunicados antecipadamente ou anuídos pela instituição financeira, sendo os mais relevantes reorganização societária envolvendo a Companhia devedora, inadimplementos e venda ou transferência de propriedade de ativos. O novo contrato de financiamento, firmado em 31 de dezembro de 2014, tem garantia por carta de fiança bancária, emitidas pelo Banco Santander Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$56.246 e R\$50.000, respectivamente.

As cláusulas firmadas no contrato de financiamento são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Companhia e suas controladas de conduzirem seus negócios até o momento.

21 Debêntures

Composição

Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor da Carteira Administrada de Saneamento do FGTS, operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2017 está composto no passivo circulante em R\$.17.258 (R\$17.634 em 2016) e no passivo não circulante em R\$79.167 (R\$95.833 em 2016).

Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia firmou, através de sua Controladora Solví Participações S.A. e com a Essencis Soluções Ambientais S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$15.130, e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD6.600, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em dezembro de 2017, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

Movimentação das debêntures

Controladora e Consolidado						
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	Saldo Final
Debêntures	113.467	-	9.028	(9.404)	(16.667)	96.424

Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima cujo o resultado deve ser superior ou igual a 1,30. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

22 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários	648	701	672	723
Encargos trabalhistas	1.214	1.075	1.355	1.195
Férias	3.914	3.711	4.235	4.015
Participação no resultado	3.654	2.430	3.744	2.535
Total	9.430	7.917	10.006	8.468

Benefício de previdência privada

Aos funcionários que aderiram, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$124 (R\$122 em 2016), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

23 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS	3.241	2.289	3.438	2.516
PIS sobre vendas	509	1.292	520	1.308
COFINS sobre vendas	2.372	5.954	2.424	6.028
IR Fonte	662	521	688	550
Parcelamento (a)	6.852	154	6.852	154
Outros	898	770	920	738
Total	14.534	10.980	14.842	11.294
Circulante	14.392	10.837	14.700	11.151
Não circulante	142	143	142	143

- (a) A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária relativo a tributos federais instituído pela Lei 13.496 de 24 de Outubro de 2017, cujo saldo em 31/12/2017 soma R\$6.568, já deduzidos dos descontos de multa e juros concedidos no programa.

O PERT contempla débitos tributários inadimplentes até a data de vencimento 30/04/2017. Em algumas empresas a opção de adesão foi pelo pagamento de 5% da dívida em espécie, dividido em 5 parcelas e quitação de 95% da dívida com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas. Em outras empresas a opção foi o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas, e quitação de 76% com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas.

A quitação dos débitos com prejuízos fiscais deverá ocorrer durante o ano de 2018, somente quando a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirem Ato Normativo determinando a consolidação dos débitos e a indicação de quais empresas ligadas irão ceder prejuízos fiscais destinados quitação dos débitos.

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

24 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Diferenças temporárias:				
Provisão para urbanização de aterro	34.964	32.752	37.168	34.806
Perdas com crédito de liquidação duvidosa	5.749	5.638	6.139	5.860
Provisões contingências	3.299	4.204	4.615	5.515
Provisões de comissões s/vendas	24	24	24	24
Provisões de participações de resultados	3.654	2.430	3.745	2.535
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	4.883	3.663
Mais valia de ativos	-	-	(5.371)	(5.934)
Reavaliação de terreno do aterro	(3.641)	(4.063)	(3.641)	(4.063)
	<u>44.049</u>	<u>40.985</u>	<u>47.562</u>	<u>42.406</u>
Alíquota - %	34	34	34	34
	<u>14.977</u>	<u>13.934</u>	<u>16.171</u>	<u>14.418</u>
Ativo fiscal diferido sobre Goodwill e Mais Valia incorporados (a)	123.846	-	123.846	-
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(1.936)	(1.776)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>138.823</u>	<u>13.934</u>	<u>138.081</u>	<u>12.642</u>
Ativos fiscais diferidos - não circulante	138.823	13.934	139.907	14.659
Passivos fiscais diferidos – não circulante	-	-	(1.826)	(2.017)

- a. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou a baixa do goodwill e mais valias provenientes da incorporação da CPA (conforme descrito na nota explicativa nº1), que detinha o saldo de R\$364.253. Aplicado 34% sobre o montante, totaliza o valor de R\$123.846 reconhecido como ativo fiscal diferido em contra partida à constituição da reserva de capital, conforme nota explicativa 26b.

A reconciliação para a despesa com imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas estatutárias e o valor efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	57.704	27.743	57.153	26.273
Alíquotas do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
	(19.619)	(9.433)	(19.432)	(8.933)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	1.379	1.232	1.779	120
Provisão para o não-reconhecimento do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(161)	(141)
Brindes/multas indedutíveis	(82)	(45)	(84)	(46)
Bônus/doações/patrocínios	(63)	(108)	(63)	(108)
Deduções Lei do Bem	(58)	(70)	(58)	(70)
Amortização de mais valia	(126)	(827)	-	-
Outros	284	69	285	1.466
Provisão para imposto de renda e contribuição social efetivos	(18.285)	(9.181)	(17.734)	(7.711)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(19.327)	(10.856)	(19.327)	(11.161)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042	1.675	1.593	3.450
Alíquota efetiva	31,69%	33,09%	31,03%	29,35%

25 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contingências	2.942	3.845	3.866	5.138
Urbanização de aterro	34.964	32.752	37.168	34.806
	37.906	36.597	41.034	39.944

a. Contingências

São compostas como segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo líquido em 31/12/2015	1.829	21	-	1.849
Adições	4.236	21	398	4.654
Reversão	(2.547)	(21)	-	(2.568)
Total sem compensação judicial	3.785	21	398	4.204
Depósitos judiciais acumulados	(358)	-	-	(358)
Saldo líquido em 31/12/2016	3.427	21	398	3.845
Estorno da compensação com depósitos 2016	358	-	-	358
Adições	44	14	-	58
Pagamentos	(780)	(183)	-	(963)
Total sem compensação judicial	3.049	(148)	398	3.299
Depósitos judiciais acumulados	(357)	-	-	(357)
Saldo líquido em 31/12/2017	2.692	(148)	398	2.942

	Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo líquido em 31/12/2015	10	1.868	38	-	1.915
Adições	10	5.519	38	402	5.969
Reversão	(10)	(2.610)	(38)	-	(2.658)
Total sem compensação judicial	10	5.062	38	-	5.511
Depósitos judiciais acumulados	-	(375)	-	-	(375)
Saldo líquido em 31/12/2016	10	4.687	38	-	5.138
Estorno da compensação com depósitos 2016	-	375	-	-	375
Adições	-	49	14	-	63
Pagamentos	-	(960)	-	-	(960)
Total sem compensação judicial	10	4.151	52	-	4.616
Depósitos judiciais acumulados	-	(750)	-	-	(750)
Saldo líquido em 31/12/2017	10	3.401	52	-	3.866

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, a Companhia e suas controladas apresentaram defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2017, as contingências da Companhia e suas controladas cuja chance de perda foram classificadas como possível, totalizam R\$33.000 (R\$843 em 2016).

Ação Tributária – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se da Execução Fiscal nº 0111581-74.2013.8.19.0029, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Magé, ajuizada pelo Município de Magé, objetivando a cobrança de valores supostamente devidos a título de ISS, no período compreendido entre os anos de 2004 a 2007, bem como multa por ausência de escrituração nos livros fiscais. Entretanto, o título executivo não é dotado de liquidez certa, diante da ausência de clareza na Certidão da Dívida ativa nº 097985/2013. Em 20/07/2017 foi protocolizada a Exceção de Pré-Executividade demonstrando a absoluta inexigibilidade do título executado e até o momento não houve qualquer movimentação processual. O prognóstico de perda é possível, sendo considerado na melhor hipótese a redução da multa para cem reais por livro ou por mês, considerando a tese tributária de “retroatividade benigna da infração” e, na pior hipótese, a tese de “efeito de confisco da multa aplicada”, com base em jurisprudência firmada pelo STF, reduzindo a multa aplicada para 30%.

Ação Trabalhista – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se de Reclamação Trabalhista nº 0000769-78.2016.5.08.0008, na Comarca de Belém, proposta por Carlos Augusto Furtado da Cunha em face de Essencis Soluções Ambientais S/A, pleiteando o reconhecimento de doença ocupacional e a consequente condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, nulidade da demissão e reintegração no emprego (estabilidade CIPA e acidentária), bem como pagamento de pensão mensal, apresentando o valor da causa de R\$6.000. O laudo pericial concluiu que não há nexo causal entre a doença alegada pelo Reclamante e as atividades que este exercia na Reclamada, reduzindo, assim, a chance de êxito da ação. Entretanto, o prognóstico de perda da ação é considerado possível. O processo aguarda sentença.

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais a Companhia e suas controladas estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência aos tributos federais e estaduais.

b. Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando à minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (30 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;

- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

São compostas como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.317	32.171
Provisões constituídas	3.442	3.642
Reversões/realizações	(1.007)	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.752	34.806
Provisões constituídas	2.212	2.362
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.964	37.168

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2017 está representado por 129.195.979 ações (112.571.318 em 2016) ordinárias nominativas sem valor nominal.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, foi aprovada em decorrência da cisão da CPA, o aumento de capital da Companhia no montante de R\$16.625, passando o capital dos atuais R\$112.571 para R\$129.196 com a emissão de 16.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à única acionista da Solví Participações S.A..

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a reserva de capital no montante de R\$123.846 em decorrência do reconhecimento de ativo fiscal diferido proveniente da baixa de goodwill e mais valia inerentes à incorporação da CPA, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

c. Reserva legal

Constituída a parcela de 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

d. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Dividendos

Os dividendos distribuídos “*ad referendum*” da Assembleia Geral em 2017 foram calculados conforme demonstrado abaixo:

Cálculo de distribuição de dividendos 2017

Lucro líquido do exercício	39.419
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 25.b)	(1.971)
(=) Base para distribuição de dividendos	37.448
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	25%
(=) Total de dividendos distribuídos em 2017	9.362

Cálculo de distribuição de dividendos 2016

Lucro líquido do exercício	18.562
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 25.b)	(928)
(=) Base para distribuição de dividendos	17.634
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	25%
(=) Dividendos distribuídos em 2016	4.408
(+) Dividendos adicionais	7.054
(=) Total de dividendos distribuídos em 2016	11.462

27 Receita operacional líquida

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita:				
Receita de resíduos	283.694	298.813	294.117	310.011
Receita venda de sucata	25.381	1.128	25.708	1.173
Receita de venda de biogás	6.563	2.869	6.563	2.869
Receita crédito de carbono	-	9.291	-	9.291
Outras	-	78	-	78
Total	315.638	312.179	326.388	323.422
Deduções receita bruta:				
ISS	(13.792)	(13.109)	(14.262)	(13.695)
PIS	(5.058)	(4.992)	(5.233)	(5.178)
Cofins	(23.297)	(22.994)	(24.106)	(23.855)
ICMS	(1.559)	(481)	(1.559)	(479)
Total	(43.706)	(41.576)	(45.160)	(43.207)
Receita operacional líquida	271.932	270.603	281.228	280.215

28 Custos dos serviços prestados

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	(48.312)	(47.664)	(52.595)	(51.634)
Aluguel	(17.268)	(19.233)	(18.719)	(20.175)
Depreciações	(26.262)	(27.815)	(27.471)	(32.122)
Materiais aplicados no serviços	(25.503)	(19.470)	(26.583)	(20.090)
Serviços de terceiros (a)	(53.608)	(70.089)	(55.405)	(71.925)
Outros custos de produção (b)	(15.644)	(19.927)	(16.932)	(21.268)
Créditos fiscais	9.080	10.916	9.488	11.294
Total	(177.517)	(193.282)	(188.217)	(205.919)

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a transporte de resíduos, tratamentos de efluentes, destinações em aterros e manutenção de equipamentos, máquinas e veículos.
- (b) Refere-se substancialmente a energia elétrica, vigilância e provisões de urbanização de aterros.

29 Despesas administrativas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração mão de obra direta	(6.339)	(6.002)	(6.411)	(6.002)
INSS	(1.180)	(1.132)	(1.195)	(1.132)
FGTS	(327)	(311)	(332)	(311)
Benefícios	(771)	(770)	(786)	(770)
Aluguéis	(789)	(518)	(789)	(518)
Depreciação	(382)	(424)	(382)	(424)
Serviços de terceiros (a)	(5.040)	(4.826)	(5.360)	(5.172)
Tributos, seguros e contribuições	(534)	(563)	(605)	(597)
Viagens e estadias	(217)	(217)	(218)	(217)
Outros	(937)	(1.014)	(937)	(1.014)
Total	(16.516)	(15.777)	(17.015)	(16.157)

- (a) Refere-se substancialmente a despesas com serviços compartilhados e consultoria administrativa financeira.

30 Despesas comerciais

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(110)	1.852	(279)	1.750
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(2)	(335)	(2)	(439)
Patrocínios, brindes e doações	(50)	(78)	(50)	(78)
Propaganda e publicidade	(607)	(511)	(607)	(512)
Outros	(109)	(104)	(109)	(106)
Total	(878)	824	(1.047)	615

31 Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão/Reversão líquida de contingências	(58)	(3.630)	(63)	(4.915)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(795)	(994)	(823)	(1.037)
Patrocínios e doações	(148)	(250)	(148)	(250)
Ganhos / Perdas resultantes de investimentos	457	3.339	457	3.339
Resultado vendas de imobilizado	(438)	(48)	(438)	(45)
Receitas eventuais	85	372	88	480
Total	(897)	(1.212)	(927)	(2.427)

32 Resultado financeiro

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento	(20.313)	(26.385)	(20.318)	(26.385)
Descontos concedidos	(365)	(1.027)	(385)	(1.035)
Juros sobre pagamento de títulos e tributos em atraso	(3.384)	(4.506)	(3.385)	(4.456)
Tarifas bancárias	(4.674)	(5.085)	(4.686)	(5.105)
Tributos sobre movimentações financeiras	(706)	(587)	(729)	(601)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(1.306)	-	(1.266)	-
	(30.748)	(37.590)	(30.769)	(37.582)
Receitas financeiras:				
Juros sobre mútuo	5.907	5.622	5.895	5.594
Variação monetária	57	91	58	91
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.066	1.393	1.068	1.469
Juros recebidos e descontos obtidos	2.069	695	2.103	729
	9.099	7.801	9.124	7.884
Resultado financeiro líquido	(21.649)	(29.789)	(21.645)	(29.699)

33 Cobertura de seguros

A administração da companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Seguro Patrimonial: R\$103.359;
- Lucros Cessantes: R\$37.717;
- Responsabilidade Civil: R\$10.000;

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

34 Demonstração dos fluxos de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 11.

b. Informações suplementares

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora e Consolidado 2017</u>
Transações que não envolveram caixa:		
Adições ao imobilizado que não afetaram caixa		319
Dividendos a receber de controladas em conjunto	15	(6.442)
Aumento de capital na investida com mútuo	16.1	6.634
Efeitos da incorporação reversa:		
Impostos a recuperar oriundo da incorporação da CPA	1	12.386
Dividendos a receber	1	10.412
Fornecedores	1	15
Partes relacionadas	1	12.386
Capital social	1	16.625
